

Processos de desenvolvimento da pessoa com deficiência: abordagens teóricas e metodológicas de intervenção

Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes (coordenadora)

Cecília Guarnieri Batista

Enicéia Gonçalves Mendes

Francisco de Paula Nunes Sobrinho

Maria Amélia Almeida

Maria Cecília Carareto Ferreira

Paulo Roberto Alcântara

Rosana Glat

GT 4

Este GT, inicialmente denominado *Educação Especial*, iniciou suas atividades em 1990. Naquele encontro, pareceu ao grupo que seria importante avaliar: a) a produção científica da área no Brasil, compilando a bibliografia existente, identificando temas em que havia produção significativa e realizando uma revisão crítica do acervo; b) a relação desse conhecimento acumulado com as políticas e práticas da Educação Especial, em termos de referenciais de avaliação e do eventual retorno do conhecimento às políticas e c) práticas institucionais e a importância e perspectivas das atividades da pós-graduação na área. Estas diretrizes foram fundamentais para em 1995, L. R. Nunes, J. R. Ferreira, R. Glat e E. Mendes redigirem e submeterem ao CNPq um projeto integrado de pesquisa sobre a produção discente da Pós-Graduação em Educação voltada para o portador de necessidades especiais. Este projeto vem se desenvolvendo até os dias de hoje.

As atividades do GT foram reiniciadas então em 1996, quando o GT, denominado então de *Prevenção e Intervenção em Educação Especial*, contando agora com novos participantes, produziu um livro editado pela própria ANPEPP, denominado *Prevenção e Intervenção em Educação Especial*.

No encontro de 1998, o grupo manteve alguns membros e incorporou novos. Decidiu então alterar sua denominação para *Processos de desenvolvimento da pessoa com deficiência: Abordagens teóricas e metodológicas de intervenção*. Continuando o trabalho iniciado em 1990, os membros do GT têm sistematicamente publicado trabalhos em colaboração, notadamente sobre dois tópicos: a) produção discente da Pós-Graduação em Educação e Psicologia sobre os portadores de necessidades educacionais especiais e b) procedimentos de avaliação e de intervenção psicoeducacional junto à população especial (vide produção conjunta no item 6, abaixo).

Objetivos do GT

Produzir, divulgar e discutir o conhecimento sobre os processos de desenvolvimento psicológico da pessoa com deficiência são os objetivos gerais deste GT. As discussões do encontro de 2000 estarão centradas nas seguintes questões: a) o estado da arte da pesquisa discente produzida na Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação e Psicologia sobre o portador de necessidades especiais e b) os referenciais teóricos e as metodologias de pesquisa das investigações sobre avaliação e intervenção psicoeducacional junto ao portador de necessidades especiais e suas

relações com o processo de desenvolvimento dessa população. Os trabalhos do GT envolverão estudos conduzidos com deficientes sensoriais, deficientes mentais e deficientes múltiplos, além de portadores de distúrbios de aprendizagem e de distúrbios de conduta em diversas faixas etárias. O conjunto dos estudos revela diversidade de abordagens teóricas assim como de metodologias de pesquisa, como é mostrado a seguir.

O que revelam as teses e dissertações sobre o portador de necessidades especiais: processo ensino-aprendizagem

Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Na análise das 96 dissertações e teses defendidas em 21 programas de Pós-Graduação em Educação entre 1981 e 1995, foram encontrados 21 trabalhos sobre o tema ensino-aprendizagem do portador de necessidades educativas especiais. Ainda que este tema possa comportar múltiplas visões, o acervo ora analisado revela sua ênfase nos aspectos psicopedagógicos. Nessas dissertações, os autores partiram de diferentes teorias psicológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano procurando estabelecer suas relações com o processo educacional em uma gama variada de aspectos.

Os nove estudos revistos sobre *linguagem* em suas diferentes modalidades evidenciam a relevância desse processo na constituição do indivíduo, na sua interação com o ambiente social e no seu desenvolvimento acadêmico e cognitivo. O embate linguagem oral versus língua de sinais emerge de forma clara em cinco dissertações, cujas conclusões apontam para os efeitos positivos da língua de sinais no desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas, sem negligenciar porém a importância da apropriação da língua oral pelo surdo, seja de forma expressiva ou receptiva, como fator de integração social. Os estudos aqui revisados destacam a necessidade do educador de compreender os processos de aquisição e desenvolvimento das diferentes linguagens e formas de comunicação empregadas pelo portador de necessidades especiais. Sintonizar sua própria linguagem com a do aluno, privilegiando as concepções e experiências deste em situações variadas do cotidiano escolar são algumas das diretrizes do trabalho docente preconizadas por estas dissertações.

Os três estudos revisados sobre os *efeitos de intervenção psicopedagógica*, fundamentados na Psicanálise e nas teses da Psicomotricidade, colocam em destaque os aspectos motores, emocionais e artísticos que estão imbricados no desenvolvimento e na aprendizagem dos indivíduos especiais. O reconhecimento da subjetividade e da capacidade criativa do portador de necessidades especiais, permitem desvelar os efeitos abrangentes de um ensino comprometido com a valorização dessas dimensões humanas.

Em dois dos estudos revisados sobre *relação práticas educativas e desenvolvimento cognitivo*, as propostas pedagógicas fundamentadas no construtivismo piagetiano (Mantoan, 1987) e a perspectiva sócio-histórica de Vigotsky (Ferreira, 1994) são erigidas sobre os escombros da visão positivista de educação, representada pela Análise do Comportamento. É interessante enfatizar, contudo, que a precisão dos procedimentos metodológicos, tão característica da perspectiva comportamental, balizou todo o processo de coleta de dados observacionais empregado por Ferreira. Esta constatação parece colocar em evidência o caráter dialético da construção da Ciência: aspectos de uma perspectiva teórica altamente questionada são incorporados em uma nova posição que representa uma síntese de teorias opostas.

Os três estudos apresentados sobre o sub-tema *manejo de classe* demonstram nitidamente a tendência histórica dos modelos teóricos subjacentes às práticas educativas com o portador de deficiência. Com efeito, na década de 80, em que foram realizados dois dos três trabalhos, a hegemonia do modelo da análise experimental/aplicada do comportamento destacava o controle de condições antecedentes e consequentes do comportamento, buscando demonstrar experimentalmente a eficácia de determinados procedimentos de ensino na instalação do

repertório comportamental. A análise desta produção discente permite concluir que os temas escolhidos e a forma com que foram tratados revelaram interesses mais imediatos e pragmáticos dos autores. Poucos foram os estudos que poderiam ser considerados como de pesquisa básica. Com efeito, uma boa parcela desses dos estudos pode ser caracterizada como propositiva, nos quais os mestrandos apresentaram e testaram procedimentos de ensino respaldados por uma variedade de referenciais teóricos. Dentre esses referenciais destacaram-se a psicomotricidade, a teoria genético-evolutiva de Piaget, a análise experimental/aplicada do comportamento e, mais recentemente, a visão sócio-histórica de Vigotsky. Vale destacar finalmente que, independentemente da fundamentação teórica, os estudos favorecem uma visão otimista da Educação Especial pois são eloqüentes em evidenciar as possibilidades de aquisição de habilidades, conceitos e atitudes dos portadores de deficiência, desde que sejam consideradas com muita atenção as condições de ensino/aprendizagem. Tais condições envolvem desde materiais apropriados e programação adequada até melhoria da formação dos professores e das próprias instituições. Com efeito, as dissertações tanto destacaram a eficiência da população especial, quanto denunciaram a deficiência das condições sob as quais ela se educa ou não.

O que revelam as teses e dissertações sobre o portador de necessidades especiais: identificação diagnóstico e caracterização

Enicéia Gonçalves Mendes
Universidade Federal de São Carlos

Na análise das 96 dissertações e teses defendidas em 21 programas de Pós-Graduação em Educação entre 1981 e 1995, foram encontrados 16 trabalhos sobre o tema identificação, diagnóstico e caracterização dos portadores de necessidades educativas especiais. A deficiência mental continua predominando como a condição mais estudada. Ela foi o alvo de 10 das dissertações do elenco selecionado. As condições de deficiência física e visual foram contempladas em duas dissertações para cada condição, e houve apenas uma dissertação sobre a deficiência auditiva e uma outra que não versou sobre condições específicas mas sim sobre o conceito mais genérico das deficiências.

Os autores concluem que os critérios de identificação e encaminhamento que se inicia na escola regular são subjetivos e arbitrários; que os procedimentos de diagnóstico não são confiáveis, uma vez que predomina a falta de experiência e conhecimento de todos os profissionais envolvidos, e que os alunos que pelos mais variados motivos apresentarem problemas de aprendizagem passam a ser consideradas desviantes, são enfeixadas em categorias e encaminhados para o ensino especial para portadores de deficiências mentais. Em relação à deficiência mental, a grande maioria dos estudiosos aponta para a necessidade de melhorar a qualidade do diagnóstico dessa condição no país, para se promover o encaminhamento devido, ou seja, de quem realmente é portador da condição, para o ensino especial, e principalmente para a classe especial.

Nesse sentido a sugestão mais freqüente tem sido melhorar a formação e promover a competência dos profissionais envolvidos no diagnóstico. Alguns acham importante melhorar a competência de toda a equipe multiprofissional (Aquino, 1988; Mattos, 1994 e Rosa, 1990), outros dão ênfase ao papel do psicólogo (Rosa, 1990), ou do professor da classe especial (Mattos 1994 e Kassar 1993). Outras sugestões enfatizam a necessidade de se repensar os critérios de encaminhamento e/ou disposições legais (Paschoalick, 1981 e Aquino, 1988), e a necessidade de se desenvolver procedimentos que gerem informações relevantes para o planejamento educacional (Mendes, 1984). No entanto, os autores em geral, apontam que, embora a classe especial esteja com uma clientela que não deveria ter sido absorvida, para os casos de deficiência mental ainda parece ser admitido o atendimento nas classes especiais (Aquino, 1988, Mendes, 1984, Rosa, 1990, Manzoli, 1994). Esses autores no entanto, alertam para a necessidade de melhorar a qualidade no ensino ministrado em classes especiais, e as sugestões nesse sentido foram: valorizar também os aspectos sociais além dos acadêmicos, melhorar o intercâmbio entre a família e a escola (Mendes, 1984).

O que revelam as teses e dissertações sobre o portador de necessidades especiais: atitudes e percepções de seus pais e familiares

Rosana Glat

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Na análise das 96 dissertações e teses defendidas em 21 programas de Pós-Graduação em Educação entre 1981 e 1995, foram encontrados 12 trabalhos sobre o tema atitudes e percepções de pais e familiares sobre o portador de necessidades especiais. Como nas demais temáticas, a maior parte dos estudos dedicou-se ao portador de deficiência mental (6), sendo seguido de estudos sobre o portador de necessidades especiais de modo geral (4) e deficiente auditivo (2). A partir da definição metodológica fornecida pelos autores o estudo de caso foi a metodologia mais freqüente tendo sido utilizada em oito dissertações; duas se configuraram como descritivas; uma como história de vida, e uma delas não foi definida a metodologia utilizada. Em sua maioria a técnica de coleta de dados foi a entrevista aberta ou semi-estruturada.

A concepção social sobre a deficiência esteve presente em nove trabalhos e a psico-educacional em um. Ficou implícito em vários trabalhos que a representação que professores e demais profissionais que lidam com o aluno especial é de que esses são incapazes de aprender, e que pouco conseguirão atingir em termos do processo ensino-aprendizagem e de seu desenvolvimento psicossocial. Essa baixa expectativa, que é um reflexo de sua própria formação profissional deficitária, certamente reflete na forma com que lidam com esses indivíduos e acarreta também um baixo grau de expectativa em termos de sua própria atuação. A concepção predominante é de que a deficiência é uma característica intrínseca do indivíduo e pouco se considera as influências do meio, nem mesmo da escola, na manutenção dessa problemática. Esse discurso, permeado por dicotomias e contradições, aponta para um total desconhecimento do que sejam necessidades educativas especiais, e reflete a insegurança e incerteza quanto ao seu próprio papel-profissional e suas condições de atuar e modificar este quadro.

Quanto aos familiares, observa-se os padrões já esperados de superproteção e ambivalência de sentimentos. O momento da confirmação do diagnóstico de deficiência foi traumático para todos esses pais, o que tornou-se mais trágico e desesperançoso ainda devido à falta de apoio dos profissionais. Verifica-se nesses pais, independente da condição socio-econômica, uma falta de informações precisas não só sobre as condições bio-psico-educacionais de seus filhos, mas sobretudo sobre suas reais possibilidades e perspectivas de desenvolvimento. Muitos familiares demonstraram uma atitude quase mágica, de que, de alguma forma seus filhos poderão vir a levar uma vida normal, embora pouco saibam o que fazer para incentivar esse processo.

Avaliação assistida do desenvolvimento de crianças com deficiência visual

Cecilia Guarnieri Batista

Universidade Estadual de Campinas

Tem sido proposto, recentemente, que procedimentos de avaliação devem estar relacionados a contextos e objetivos específicos, não existindo medidas universalmente utilizáveis. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é a apresentação de um procedimento de avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão e cegas, com ou sem retardo, de forma a permitir: a) identificação dos aspectos em que se devem centrar os procedimentos de intervenção; b) comparação periódica do seu desenvolvimento ao longo do período de intervenção. Uma vez que o contexto, nesse caso, é o de um projeto de intervenção que visa a promoção da inclusão escolar das crianças, a avaliação é centrada em aspectos cognitivo-lingüísticos, observando-se, também, aspectos sócio-afetivos. O procedimento englobou duas etapas: 1) avaliação de conceitos; e 2) avaliação do desempenho escolar; como

reformulação das provas inicialmente elaboradas por Enumo e Batista (1999). Utilizou-se a abordagem de avaliação assistida, que prevê vários níveis de ajuda na resolução das tarefas propostas, de forma a identificar conhecimentos e atitudes do sujeito em situações de aprendizagem. Quanto à questão de se ter para avaliação tanto crianças cegas como crianças com baixa visão, buscou-se: a) elaborar o mesmo tipo de tarefa para as duas populações; b) utilizar materiais facilmente reconhecíveis para os dois tipos de crianças. Nesse sentido, foram utilizados objetos cotidianos e figuras geométricas, estas apresentadas de em versão tátil para as crianças cegas, com a dimensão "cor" alterada para "textura". Foram avaliadas 14 crianças, com idades variando entre quatro e doze anos, sendo quatro cegas, oito com baixa visão, uma no limite inferior da normalidade e uma cega de um olho. A análise dos vídeos das aplicações indicaram que o procedimento permitiu a obtenção de acertos, mesmo que após orientações, e identificação de conhecimentos preliminares aos solicitados nas tarefas, nas crianças mais novas e/ou com retardo. Ao mesmo tempo, permitiu verificar conhecimentos e domínio de conceitos nas crianças mais velhas e/ou sem retardo. Discute-se a questão de que esse procedimento não permite comparação rigorosa entre populações. Para esse tipo de comparação, foi aplicado o WISC verbal, nas crianças com seis anos ou mais, o que permitiu ter uma localização do desempenho da criança em relação à população. Discutem-se vantagens e limites dos dois procedimentos de avaliação.

A escolarização da pessoa com deficiência mental

Maria Cecilia Carareto Ferreira

Universidade Metodista de Piracicaba

Este texto propõe que o debate em torno da escolarização do aluno com deficiência mental comece pelo que está colocado para a escola enquanto sua função social e o papel fundamental que ela exerce na formação dos indivíduos. Nossa história educacional tem demonstrado que temos dificuldades no avançar na escolarização do deficiente mental, mas há evidências práticas e teóricas de que este quadro pode ser revertido. A atual proposta para a escolarização, no ensino fundamental, a ser buscada pelos educadores, para atender à diversidade dos alunos como sujeitos da construção dos saberes escolares, com uma ênfase em domínio de competências básicas nas linguagens, e de conhecimentos que permitam qualificar o sujeito na leitura do mundo e na proposição de ações coletivas cidadãs, pode ser um espaço privilegiado de desenvolvimento do aluno deficiente mental. A escolarização, assim orientada, pode contribuir para com o desenvolvimento destas pessoas, uma vez que possibilita uma experiência sistemática de relações interpessoais nas quais as funções psicológicas superiores são vivenciadas, utilizadas e requeridas, ao lado da ampliação do mundo de significados para elas. De uma forma geral, parece ser inconteste que a experiência de escolarização, além de um direito, é uma necessidade de desenvolvimento humano para o deficiente mental, todavia permanecem inúmeras questões, ainda pouco refletidas.

Capacitação do professor do ensino regular para lidar com questões de indisciplina em sala de aula

Francisco de Paula Nunes Sobrinho, Raquel Nery,

Christiane Pereira e Selma Souza e Souza

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Os atos de indisciplina, desde os mais leves aos mais severos, constituem-se em desafios para os pais, os educadores, os pesquisadores e outros que se dedicam ao atendimento da população infantil. A literatura aponta que os professores não recebem ensinamentos sobre os modos de lidar com essas crianças (Jack, Shores, Denny, Gunter, DeBriere e DePepe, 1996). As queixas sobre indisciplina do estudante envolvem a falta de atenção, dificuldades em manter-se envolvido nas tarefas escolares, completá-las em tempo estipulado, agressividade, escassas habilidades

pró-sociais e impedimentos para trabalhar independentemente (Carr e Punzo, 1993). Com base nos resultados de um estudo experimental intrasujeitos, cujo objetivo foi o desenvolvimento de habilidades pró-sociais em um grupo de 12 estudantes (Nunes, Suplino, Souza, Nery e Crespo, 1998), foi conduzida uma pesquisa aplicada envolvendo os professores desses mesmos alunos. Trata-se de um programa de capacitação de Recursos Humanos para atender crianças envolvidas em atos de indisciplina na escola. Essa modalidade de capacitação foi oferecida sob forma de interação direta, através da qual os atores sociais participaram de um processo desencadeado pelo relato verbal dos próprios professores (demandas, queixas), seguido de discussão em grupo, na presença do coordenador do projeto. Durante as discussões, os relatos foram registrados, cabendo ao coordenador do projeto, nessas ocasiões, sugerir procedimentos extraídos da Análise Experimental do Comportamento, com ênfase nos aspectos cognitivo-comportamentais, para que fossem aplicados na situação de ensino. À experiência de aplicação desses procedimentos, seguia-se um novo relato verbal dos professores, inserido como tema de discussão. Tendo-se por base os dados referentes ao registro das verbalizações dos professores, antes, durante e após as intervenções, foram definidas categorias para fins de análise dos relatos. Os resultados do estudo indicaram mudanças significativas no comportamento dos professores, no que se refere ao manejo de classe. Concomitantemente, foram apontadas quedas na frequência de ocorrência de respostas desadaptativas dos alunos.

A rotina de indivíduos portadores de deficiência mental e o currículo das escolas especiais

Maria Amélia Almeida

Universidade Federal de São Carlos

O planejamento e a montagem de currículos funcionais é uma das possibilidades de estar proporcionando a integração dos indivíduos especiais à sociedade. O objetivo deste trabalho foi investigar junto aos portadores de deficiência mental sua rotina diária, suas preferências pessoais e suas percepções quanto ao relacionamento afetivo com pais, amigos, irmãos. Para tanto, foram entrevistadas jovens e adultos portadores de deficiência mental, com idades variadas, todas matriculados em uma escola especial. Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada foram gravadas e posteriormente transcritas. O currículo e as atividades desenvolvidas na escola foram analisados e observados. Os dados obtidos demonstraram que: (a) as relações de amizade dos participantes restringem-se aos colegas da escola e a crianças com idade entre sete e 10 anos; (b) a maioria dos entrevistados tem vida social muito limitada, restringindo-se a visitas a casa de parentes; (c) nenhum deles pratica nenhuma espécie de esporte; (d) seus passeis são limitados às visitas aos parentes nos finais de semana; (e) a maioria não tem liberdade de escolha, sendo que um familiar, geralmente a mãe, é que decide o que vão vestir, o que vão fazer; f) quatro dos 15 alunos, sabem ler e escrever e até fazer cálculos. Porém não utilizam tais habilidades de forma funcional; g) Mais de 50% dos entrevistados não sabem fornecer dados pessoais; h) Todos são levados para escola por algum familiar e nenhum deles consegue locomover-se pela comunidade; i) Quanto as habilidades domésticas de cozinha, as famílias não deixam, principalmente as moças, desempenhá-las com medo de acidentes (queimaduras, cortes, choques etc). O estudo conclui que as atividades desenvolvidas na escola têm atendido muito pouco às necessidades dos alunos e indica itens que devem ser considerados na montagem de um currículo para indivíduos com deficiência mental, no sentido de realmente prepará-los para uma vida independente e produtiva.

Aprendizagem colaborativa baseada em projetos: tecnologias inovadoras como suporte para a prática pedagógica do professor

**Paulo R. Alcantara, Péricles V. Gomes e
Marilda A. Behrens**
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

A investigação visa buscar metodologias inovadoras que possibilitem a produção do conhecimento num paradigma emergente contemplando uma aprendizagem colaborativa baseada em projetos, utilizando os diversos recursos disponíveis na sociedade do conhecimento, e em especial, a rede informatizada e a multimídia.

O problema de pesquisa adveio das dificuldades de aprendizagem no ensino convencional e das possibilidades de oferecer uma metodologia inovadora que utilize o computador como ferramenta a serviço da produção do conhecimento, que venha auxiliar os alunos que encontram dificuldades de aprendizagem em disciplinas específicas e que venha superar a prática pedagógica assentada muitas vezes num ensino reprodutivo e conservador.

A metodologia de pesquisa será a análise qualitativa, incluindo a pesquisa-ação que exige um envolvimento ativo entre os pesquisadores e a ação dos participantes diante das atividades de pesquisa.

Os participantes são vinte alunos do curso de Arquitetura da PUCPR e o professor da disciplina de resistência dos materiais e estruturas da área de ciências exatas e tecnologia. As fases da pesquisa foram divididas em dois períodos de dois anos cada. Desta forma, permitirá usar uma estratégia iterativa: (1) construir um kit multimídia mais completo e complexo de nossos estudos pilotos; (2) inicialmente testar o kit como um complemento do ensino tradicional com um número pequeno de estudantes; (3) revisá-lo para corrigir possíveis problemas; (4) usá-lo como uma atividade principal de aprendizagem semi-presencial com a população específica (5) avaliar/revisar novamente o kit e depois oferecer o uso para uma população mais ampla de estudantes. Além disto, nos permitirá comparar duas abordagens de aprendizagem semi-presencial: uma abordagem dirigida pelo estudante usando material disponível e uma abordagem auxiliada pela multimídia enriquecida.

Os resultados preliminares do primeiro ano da pesquisa serão apresentados abordando as experiências dos participantes diante do processo vivencial de ensino e aprendizagem.